

## **CÂMARA LEGISLATIVA DE TRINDADE - PE**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **Relatório ao Projeto de Lei nº 023/2025**

**Presidente:** Jaécio Bizarro Sá

**Relator:** Leandro do Nascimento Silva

**Membro:** Emílio Leocádio Miranda Parente

#### **I - RELATÓRIO**

O Poder Executivo Municipal de Trindade-PE encaminhou à apreciação desta Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 023/2025**, que visa abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, nos seguintes valores:

- **R\$ 452.700,00** (quatrocentos e cinquenta e dois mil e setecentos reais), provenientes de **emenda parlamentar individual**.
- **R\$ 4.316.000,00** (quatro milhões trezentos e dezesseis mil reais), mediante **anulação de dotação orçamentária**.

A justificativa do projeto aponta a necessidade de destinar tais recursos para:

- **Construção de escola municipal** no bairro do Divino Espírito Santo.
- **Manutenção dos serviços da atenção básica** em saúde.

Adicionalmente, o projeto autoriza a readequação das leis orçamentárias municipais: **Plano Plurianual (PPA) – Lei Municipal nº 1.057/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – Lei Municipal nº 1.193/2024**, e adequações em conformidade com a **Lei Municipal nº 1.197/2024**.

#### **II - ANÁLISE LEGAL**

A competência desta Comissão de Finanças e Orçamento envolve a análise de aspectos financeiros e orçamentários, razão pela qual destacamos a seguir os fundamentos jurídicos e técnicos aplicáveis:

##### **1. Constituição Federal de 1988**

- **Art. 165:** estabelece a estrutura das leis orçamentárias – PPA, LDO e LOA – e disciplina alterações mediante autorização legislativa.
- **Art. 167, inciso V:** veda abertura de crédito adicional sem autorização legislativa e sem a devida indicação da fonte de recursos.

O projeto observa esses preceitos, indicando fonte e solicitando autorização legislativa.

## 2. Lei Federal nº 4.320/1964

Estabelece normas gerais de direito financeiro aplicáveis à administração pública.

- **Art. 40:** crédito especial é aquele destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.
- **Art. 43:** especifica as fontes de recursos para abertura de créditos adicionais, destacando-se neste caso:
  - § 1º, inciso III: anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
  - § 1º, inciso IV: operações de crédito autorizadas, no caso, emenda parlamentar individual.

O projeto indica como fontes de recursos: **anulação de dotação e emenda parlamentar**, em consonância com o comando legal.

## 3. Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)

A LRF impõe rigorosos limites e controles à gestão fiscal, determinando:

- **Art. 4º:** obrigatoriedade de compatibilização entre o PPA, a LDO e a LOA.
- **Art. 16 e 17:** exigência de demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro para a criação ou expansão de ações governamentais.
- **Art. 50:** dever de disponibilizar amplamente as informações de gestão fiscal.

O projeto prevê a **readequação das leis orçamentárias**, garantindo compatibilidade com o planejamento plurianual e a execução fiscal responsável, conforme os ditames da LRF.

## 4. Entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE)

O **TCE-PE**, órgão de controle externo, possui jurisprudência e orientações administrativas relevantes sobre a abertura de créditos adicionais:

### *a) Autorização legislativa prévia*

O Tribunal reforça a obrigatoriedade da prévia autorização legislativa, com a devida identificação da fonte de recursos e a destinação específica.

***b) Anulação de dotação como fonte de crédito***

Admite-se a anulação, desde que não prejudique o cumprimento de ações essenciais e se respeite a integridade orçamentária.

***c) Emendas parlamentares***

A execução de **emendas parlamentares individuais** possui respaldo constitucional e deve ser realizada com transparência e previsibilidade, conforme o TCE-PE orienta, alinhado ao art. 166 da Constituição Federal.

***d) Readequação do PPA e da LDO***

Conforme os entendimentos do Tribunal, alterações nas leis orçamentárias exigem compatibilização com o planejamento estratégico municipal, medida prevista no presente projeto.

***e) Tramitação em regime de urgência***

É reconhecida a necessidade de celeridade quando o crédito visa assegurar a continuidade de políticas públicas essenciais, como educação e saúde, respeitado o processo legislativo regular.

### **III - CONSIDERAÇÕES TÉCNICO-FINANCEIRAS**

O projeto atende aos seguintes critérios técnico-financeiros:

- **Equilíbrio orçamentário:** a abertura do crédito não amplia o endividamento, pois está lastreada na anulação de dotação e em transferência de recursos externos.
- **Eficiência na alocação dos recursos:** direciona verbas para áreas sensíveis e prioritárias, como a **educação** e a **atenção básica em saúde; e**
- **Adequação fiscal:** as operações encontram respaldo na legislação federal, estadual e municipal, com observância aos limites fiscais.

### **IV - PARECER DO RELATOR**

Após a análise técnica e jurídica, conclui-se que o Projeto de Lei nº 023/2025:

- ✓ Atende aos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.
- ✓ Observa as normas constitucionais e infraconstitucionais aplicáveis.
- ✓ Está compatível com as orientações do TCE-PE.
- ✓ Alinha-se com o interesse público, promovendo investimentos em áreas essenciais.

## V - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a **Comissão de Finanças e Orçamento** manifesta-se **favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 023/2025**, por estar em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro e atender ao interesse público local.

Trindade, Estado de Pernambuco, 28 de abril de 2025.

**Jaécio Bizarro Sá**  
Presidente

**Leandro do Nascimento Silva**  
Relator

**Emílio Leocádio Miranda Parente**  
Membro